



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

FEAM	
Protocolo nº	20581176
Divisão:	FEAM
Mat.	Visto

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
72
FL. 1

Processo nº 242/1990/018/2007

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM

Interessado: **GRANFÉLIX MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA.**

PARECER JURÍDICO

I – Relatório

A sociedade empresária em referência foi autuada por irregularidade ambiental prevista no artigo 86, inciso II do Decreto nº 44.309/06, infração de natureza grave, por "a empresa opera sem Licença Ambiental de Operação, na frente de lavra de nº 311 de coordenadas S15° 51'00,4" e W 41°34'15,5"', tendo sido multado no valor de R\$15.001,00 alterado para R\$10.001,00, na forma do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, além da incidência da penalidade de suspensão das atividades até sua regularização ambiental.

Inconformada com a decisão de manutenção da multa aplicada, a autuada, interpôs seu recurso, tempestivamente, onde em síntese alega que:

- existe um processo de LO para pesquisa mineral do DNPM 830.024/89;
- o exercício das atividades na jazida somente aconteceu durante o período de licenciamento, não havendo provas no auto de infração de exercício de atividades posteriores a esta data;
- as atividades enfrentaram a demora na tramitação do processo, não sendo, a paralisação das atividades por sua culpa, mas da demora na expedição das licenças;
- o recorrente cumpriu com diversas das condições que exigem a aplicação das atenuantes no valor da multa e sua redução em 30%;
- a área terminou por ser licenciada mediante a AAF nº 03682/2010;
- com a concessão da licença em 21 de outubro de 2010 afasta a manutenção da aplicação da suspensão das atividades;
- requer decretar a insubsistência do auto, afastando a penalidade de multa e de suspensão das atividades ;sejam aplicadas as atenuantes com redução da multa em 50%; mantida a multa a assinatura de TAC.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, insta salientar que a área fiscalizada localiza-se no Município de Curral de Dentro e a frente de lavra de nº 311 do DNPM 830 707/85 e não a área

do DNPM 830.024/89, no Município de Águas Vermelhas com AAF nº 03682/2010 de 21 de outubro de 2010 do processo nº 10736/2008/001/2010. Além disto, é pertinente esclarecer que a área objeto de autuação foi constatada processo erosivo próximo a área de lavra de extração de granito sem a devida licença ambiental.

Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada, haja vista que a área técnica da FEAM constatou, *in loco*, na fiscalização do dia 19/07/2007, o exercício da atividade de extração mineral sem licença, o que caracteriza infração à legislação ambiental vigente.

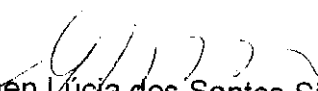
Cabe mencionar, por necessário, que a autuação ocorreu por falta de licença de operação e em consulta ao SIAM, referente a área autuada pelo AI nº01323/2007-DNPM 830.707/85, em questão, não existe nenhuma licença de operação válida, devendo permanecer a suspensão das atividades até sua regularização ambiental.

Por derradeiro, na aplicação da penalidade de multa simples aplicada na vigência do Decreto nº 44.309/06 foi observado a natureza da infração; o patamar da multa; seu porte além das circunstâncias agravantes e atenuantes previstas na legislação ambiental. Além disso, incidiu o disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08 da multa mais benéfica ao autuado.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar as decisões anteriores de aplicação de multa e de suspensão das atividades, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado, mantendo as penalidades de multa e de suspensão das atividades até sua regularização ambiental, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**.

É o parecer. s,m,j.


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043754-9